



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA AGENTES DE TRATAMENTO

O objetivo dessa política é orientar os Agentes de Tratamento quanto às diretrizes aplicáveis à privacidade e proteção dos dados pessoais, incluindo todos os colaboradores, funcionários e contratados que têm acesso aos dados, em razão do desempenho de suas atividades. A presente política estabelece as regras aplicáveis sobre a coleta, registro, armazenamento, uso, compartilhamento, enriquecimento e eliminação dos dados, de acordo com a legislação em vigor e principalmente com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/18.

1. Abrangência

Esta política se aplica a todos os gestores, colaboradores, funcionários e terceiros contratados, prestadores de serviço e/ou fornecedores que tiverem acesso às informações. Todos devem definir suas práticas e direcioná-las a partir das orientações estabelecidas na presente política, considerando todas as necessidades específicas, os aspectos legais e as regulamentações que estão sujeitos.

2. Diretrizes

Esta política visa demonstrar o compromisso em:

- a) Zelar pela privacidade e proteção dos dados pessoais coletados;
- b) Adotar diretrizes que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à privacidade e proteção de dados pessoais previstas na legislação;
- c) Promover a transparência sobre a forma que os dados pessoais serão tratados;
- d) Adotar medidas de proteção em relação a risco de incidente de segurança que envolva dados pessoais.

3. Informações sujeitas à política

Estão sujeitos a esta política:

- a) Na posição de Controlador: Todas as informações sobre titular de dados no contexto da prestação dos serviços e/ou fornecimento, que será coletada mediante o consentimento formalizado pelo titular dos dados;



- b) Na posição de Controlador: Todas as informações recebidas de Operadores no contexto da prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante a assinatura de documento que demonstre quais os dados que estão sendo recebidos e para qual finalidade;
- c) Todos os colaboradores e demais pessoas envolvidas no contexto de obrigação contratual ou legal.

4. Quanto à sua natureza, as informações podem ser classificadas em 2 (dois) grupos:

- a) Informações recebidas são aquelas informações do titular do dado ou seu representante legal, decorrentes do contato, cadastro, acesso a site ou contrato com a organização e conseqüentemente com seus fornecedores, como: nome completo, CPF, data de nascimento, endereço completo, endereço de e-mail, número de telefone e outros possíveis dados pessoais previstos na LGPD e necessários para o cumprimento dos serviços e/ou fornecimentos.
- b) Informações coletadas sobre o titular dos dados para a realização dos serviços e/ou fornecimentos dos fornecedores para o titular dos dados.

Ponto de atenção: Às práticas de privacidade específicas em relação a outros produtos e serviços disponibilizados estarão associadas à aceitação pelo cliente ou terceiro de cada produto ou serviço.

5. Dados Coletados, forma e finalidade da coleta e consentimento

As informações são coletadas por meios legais ou de acordo com as demandas, sendo estas armazenadas em ambiente seguro e controlado, enquanto o contrato de prestação de serviços e/ou fornecimento estiver em vigor.

Os Agentes de Tratamento se comprometem a tomar todas as medidas cabíveis para manter o absoluto sigilo e a estrita confidencialidade de todas as informações, dados pessoais ou especificações a que tiver acesso ou que, porventura, venha ter ciência sobre seu público de atendimento. Sendo permitido compartilhar, enquanto Controladora, para as finalidades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/18.

Os dados deverão permanecer sob o tratamento dos Agentes enquanto o contrato com o titular vigorar, sendo que, deverão ser excluídos imediatamente ou descartados, de acordo com a política de descarte de documentos inativos, após o término do contrato ou mediante solicitação do titular, bem como



nas hipóteses de rescisão contratual. Deverão ser respeitados, ainda, os prazos previstos para descarte pela legislação.

6. Os dados pessoais coletados e/ou compartilhados se dará exclusivamente para atendimento das finalidades informadas nesta política e dentro dos limites necessários ao desempenho das atividades relativas ao curso normal dos negócios, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Quem contratar os serviços e/ou produtos;
- b) Operadores que oferecem e vendem os serviços e/ou produtos da empresa para titulares de dados pessoais;
- c) Auditores independentes;
- d) Órgãos reguladores competentes como, por exemplo, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- e) Prestadores de serviços e empresas que viabilizam a entrega dos produtos e/ou serviços comercializados.

É fundamental o consentimento do titular dos dados com sua manifestação livre e inequívoca, concordando com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade definida, conforme art. 5º, XII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/18. O consentimento deverá ser livre e a com clara anuência, sem vícios, do titular de dados, precedido de acesso completo e detalhado sobre o tratamento dos dados, incluindo sua natureza, objetivos, métodos, duração, justificativa, finalidades, riscos e benefícios, bem como ciência da sua liberdade total para recusar ou interromper o tratamento de dados em qualquer momento.

É obrigação da organização informar ao titular dos dados, em linguagem adequada, não técnica, para que ele a compreenda.

7. É dever dos Agentes de Tratamento informar sobre novas finalidades, sempre que se fizer necessário a utilização das informações coletadas para outros fins, que não os expressamente autorizado pelo titular dos dados. Quando necessário, também coletará um novo consentimento.

8. Relacionamento com os fornecedores (Operadores)

Todos os operadores devem manter a confidencialidade das informações compartilhadas com eles ou que tenham acesso em virtude do exercício da sua atividade, bem como, devem utilizar tais informações exclusivamente para os fins expressamente permitidos.



A organização não se responsabilizará pelo uso indevido de tais informações, por outras partes, em virtude do descumprimento desta política e das obrigações contratuais por meio de instrumentos próprios.

Os dados somente serão compartilhados mediante a assinatura de um documento que demonstre quais são os dados e para qual finalidade eles poderão ser utilizados.

9. Segurança das informações

Visando a segurança das informações fornecidas por colaboradores e outras pessoas envolvidas, dispõe de processos de segurança físicos, lógicos, técnicos e administrativos compatíveis com a sensibilidade das informações coletadas, cuja eficiência é periodicamente avaliada.

Implementar novos procedimentos e melhorias tecnológicas contínuas para proteger todos os dados pessoais coletados. Não obstante às medidas de segurança adotadas, não se responsabiliza por prejuízos decorrentes da violação da confidencialidade das informações em virtude da ocorrência de qualquer fato ou situação que não lhe seja imputável.

No tratamento das informações coletadas, está pautado nos padrões de boas práticas e de governança e nos princípios gerais estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018. Utilizar-se-á os processos que respeitam sempre a legislação vigente e os termos desta política.

10. Cooperação com autoridades reguladoras

Nas hipóteses que se fizerem necessárias a divulgação dos dados pessoais de colaboradores ou quaisquer partes pertinentes, seja em razão de cumprimento de lei, determinação judicial ou de órgão competente fiscalizador das atividades desenvolvidas, tais informações deverão ser reveladas somente nos estritos termos e nos limites requeridos na ordem de sua divulgação. Sendo que os titulares das informações divulgadas, na medida do possível, serão notificados sobre tal divulgação, para que tomem as medidas protetivas ou reparadoras apropriadas.

11. Alterações

A presente política poderá ser modificada a qualquer momento, conforme a finalidade ou necessidade para adequação e conformidade de disposição de lei ou sempre que julgar necessário. A continuidade do uso dos serviços e/ou fornecimento, conforme o caso, após divulgação das alterações será considerada aceitação de colaboradores e demais partes quanto aos novos termos e condições.



12. Gestão de Consequências

Quaisquer desvios às diretrizes desta política por colaboradores ou outras partes pertinentes, poderão ser relatados ao Encarregado em Privacidade e Proteção de Dados DPO (*Data Protection Officer*), podendo ou não se identificar.

Internamente, o descumprimento das diretrizes desta política enseja a aplicação de medidas de responsabilização dos Agentes que a descumprirem conforme a respectiva gravidade do descumprimento.

13. Responsabilidades

13.1. Administradores, colaboradores e terceiros, devem observar e zelar pelo cumprimento da presente política e, quando se fizer necessário, acionar o Encarregado em Privacidade e Proteção de Dados DPO (*Data Protection Officer*), para averiguar as situações que envolvam conflito com esta política.

13.2. Encarregado em Privacidade e Proteção de Dados DPO (*Data Protection Officer*), deve (i) manter atualizada a presente política, de forma a garantir que quaisquer alterações regulatórias/legais das diretrizes e regras gerais aqui estabelecidas sejam observadas; (ii) elaborar relatórios dentro da conformidade explicitada na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018; (iii) esclarecer dúvidas relativas a esta Política e à sua aplicação; (iv) aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências; (v) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências; (vi) orientar os Agentes de Tratamento, incluindo quaisquer colaboradores e os terceiros, a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais e (vii) adotar iniciativas para compartilhamento de informações sobre incidentes contendo dados pessoais com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e com os titulares dos dados, quando necessário.

13.3. Área Jurídica, deve esclarecer dúvidas relativas à legislação e regulamentação pertinente.

14. Bases Legais

Esta Política de Proteção de Dados e Privacidade da Informação tem como base o art. 5º da Constituição Federal de 1988, cumulado com a Lei Complementar nº 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, bem como a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.



A política funda-se, também, em normas e procedimentos internos aperfeiçoados constantemente, aprovados pelas alçadas competentes e disponibilizados a todos os colaboradores.

15. Conceitos e Siglas

Visando que os dados sejam usados de forma responsável e a privacidade dos seus titulares seja protegida, surgiu a necessidade de regulamentações. Nesse sentido, foi criada a Lei Geral de Proteção de Dados nº13.709/2018, que estabelece a maneira como as organizações coletam, usam e compartilham os dados pessoais. Para esclarecer alguns termos utilizados nessa lei, o art. 5º elenca algumas considerações importantes, para o total entendimento da referida Lei:

- a) Controladora: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- b) Operadora: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- c) Titulares: pessoa natural, que tenha compartilhado, se cadastrado no sistema da organização, caso exista, a quem se referem os dados pessoais que são objeto de trabalho;
- d) Dado pessoal: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como por exemplo o nome, sobrenome, data de nascimento, documentos pessoais (CPF, RG, CNH, Carteira de Trabalho, passaporte, título de eleitor, dentre outros), endereço residencial ou comercial, telefone, e-mail, cookies e endereço IP;
- e) Dado pessoal sensível: qualquer dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- f) Informações: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e para transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- g) Privacidade e Proteção de Dados: possibilidade de o titular determinar, de forma autônoma, a utilização que é feita de seus próprios dados pessoais, em conjunto com o estabelecimento de uma série de garantias para evitar que estes dados pessoais sejam utilizados de forma a causar discriminação ou danos de qualquer espécie;
- h) *Stakeholders*/Públicos de Interesse: são todos os públicos relevantes com interesses pertinentes à organização em questão, ou ainda, indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco,



- direto ou indireto, em face da sociedade. Entre outros, destacam-se: acionistas, investidores, colaboradores, sociedade, clientes, fornecedores, credores, governos, órgãos reguladores, concorrentes, imprensa, associações e entidades de classe, e organizações não governamentais;
- i) Terceiros: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que presta serviços à organização em questão, em suas dependências ou remotamente e, no exercício de suas atividades, possam vir a ter acesso às informações referentes ao negócio.